



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

**Ata da audiência pública referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício orçamentário de 2023. Realizada de maneira remota e conduzida pela secretária-adjunta da Fazenda Municipal Paula Fernanda Sciamarelli, a apresentação das diretrizes propostas pelo Poder Executivo foi disponibilizada à população no dia 27 de maio.-**

Inicialmente, consigne-se que o Edital foi publicado na imprensa oficial do município, Edições 2314, 2317, 2321, 2324, 2327, 2329, 2334, 2337., 2338 e 2339, os Vereadores foram cientificados pessoalmente; e através do site [www.indaiatuba.sp.leg.br](http://www.indaiatuba.sp.leg.br), cujas as cópias compõem o procedimento arquivado na Secretária desta Casa. O presidente da Câmara Municipal de Indaituba, Pepo Lepinsk, abriu a audiência pública com a observação de que ela se refere ao projeto de lei nº 73 de 2022, que dispõe sobre a elaboração da **Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a execução do orçamento de 2023**. A seguir, Lepinsk passou a palavra ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Luiz Carlos Chiaparine, que comentou a razão pela qual a audiência transcorreria na modalidade remota. Segundo disse, em razão das obras de readequação e acessibilidade pelas quais passa o prédio da Câmara Municipal. Na sequência, Chiaparine orientou os cidadãos que tiverem dúvidas ou sugestões a encaminhá-las até o dia 3 de junho por meio do link [fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br). e passou a palavra à secretária-adjunta da Fazenda Municipal, Paula Fernanda Sciamarelli, que faria a apresentação do projeto de LDO proposto pelo Poder Executivo. A secretária-adjunta iniciou a apresentação das diretrizes municipais observando que a LDO é uma peça anual, feita com base no planejamento macro de médio prazo (o PPA, ou Plano Plurianual) e que vai balizar a elaboração da peça orçamentária (LOA) a ser executada no exercício seguinte. A LDO – prosseguiu a secretária -- dispõe basicamente sobre as prioridades e metas da administração, a estrutura e organização do orçamento, as metas e riscos fiscais. Trata também dos mecanismos de equilíbrio entre a receita e a despesa ao disciplinar como será realizada a cobrança de tributos e a realização das despesas públicas. A técnica frisou também que na elaboração da LDO é **imperiosa a participação popular**, e é por isso que a legislação concernente exige a realização de audiências públicas anteriormente à apreciação pelos vereadores do projeto proposto pelo Executivo. A secretária observou que é impraticável propor diretrizes financeiras para a gestão municipal sem antes atentar para o cenário além das fronteiras do município, ou seja, é tarefa obrigatória observar com atenção o que ocorre nos âmbitos do Estado da União e até mesmo em nível Internacional, uma vez que a economia se encontra cada vez mais integrada mundialmente. Paula Fernanda reforçou que a maior fonte de arrecadação do município reside nos repasses realizados pelo governo do Estado tendo como base **a receita oriunda do ICMS**,

CB

ut



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

que depende integralmente do ritmo, da movimentação e das transações da economia. Prosseguindo, a técnica ressaltou que, dentre as peças de planejamento, é a LDO a que exige maior atenção ao comportamento das variáveis macroeconômicas, como o PIB, a inflação e a taxa Selic, no momento da definição das metas fiscais em termos de receita, despesa, dívida consolidada e resultados primário e nominal. "Tudo o que acontece no mundo traz consequências em maior ou menor escala em todo o planeta. A pandemia é um exemplo disso e a guerra na Ucrânia, outro exemplo forte", enfatizou. "Temos de analisar o que esses acontecimentos macroeconômicos interferem diretamente em nosso município, sobretudo nas fontes de arrecadação do nosso município", disse. Com relação à pandemia, a secretária crê que os piores momentos já passaram com a vacinação maciça da população, sendo que com a redução de casos e de mortes possibilitou-se que o andamento da economia praticamente entrasse em processo de recuperação. O incidente preocupante agora, na opinião da secretária, é a **guerra na Ucrânia**. Segundo o professor de economia da Universidade Estácio de Sá, Marcelo Pereira, a quem Paula Fernanda fez referência, os efeitos da guerra na Europa serão nefastos: "A economia já vinha combalida com a pandemia do Coronavírus, que levou ao desemprego milhões de pessoas. Isso se deu no mesmo período em que os preços do petróleo e de outras commodities vinham subindo por conta da recuperação da atividade econômica pós período mais agudo da pandemia", analisou. E como a eclosão da guerra pode afetar o Brasil? De acordo com Paula Fernanda, o impacto do conflito pode pressionar ainda mais a inflação, especialmente por causa dos preços das commodities e dos produtos que o Brasil importa daquela região, sobretudo de fertilizantes utilizados pelos produtores rurais. "Há **muitas incertezas quanto ao presente**, e o passado muitas vezes já não serve como parâmetro. Dessa forma, a tarefa de planejar as metas fiscais agora é como realizar um exercício de futurologia", frisou. Na avaliação da secretária, o cenário macroeconômico brasileiro é o seguinte: "O PIB brasileiro registrou crescimento de 4,6% em 2021, na comparação com o exercício de 2020 (exercício muito afetado pela pandemia). Ocorre que a média das projeções do mercado para o crescimento do PIB em 2022 tem sido revisada para baixo e está entre 0,3% e 0,5%, bem abaixo da expectativa para o crescimento global, hoje situado no patamar de 2,6%, conforme Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento. Para 2023, as projeções do PIB situam-se entre 1,3% e 1,5%. Com relação ao **cenário macroeconômico do Estado de São Paulo**, as projeções também não são animadoras, havendo até a possibilidade da queda do ritmo e atividade da indústria paulista, em decorrência da crise nas cadeias de fornecimento internacionais, dos elevados custos de produção e da demanda enfraquecida. Para 2022, a projeção da fundação Seade para o crescimento do PIB paulista está



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

entre 0,8% e 1,3%, com média de 1%. A seguir, a secretária discorreu sobre o comportamento do **índice de desemprego** no País. Conforme disse, a taxa média de desemprego em 2021 foi de 13,2%, com queda de 11,1% no índice no quarto trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior. No tocante à **inflação**, Paula Fernanda salientou que inúmeros produtos sofreram majoração de preços nos últimos 12 meses, o que encareceu sobremaneira as despesas domésticas. "A inflação de dois dígitos voltou a nos assombrar, e provavelmente você já teve a sensação de ir ao mercado e perceber que seus 100 reais não compram mais o mesmo número de produtos que em anos anteriores. Isso porque em um cenário de inflação, o real vai perdendo o seu poder de compra", explicou. Para 2022, o mercado financeiro vem elevando a **previsão de inflação** a cada edição do boletim Focus, sendo que a expectativa já está próxima dos 7%, praticamente o dobro da meta. As projeções para os exercícios seguintes são: 3,8% para 2023; e 3,2% para 2024. A **taxa Selic** é outra variável importante que influencia a atividade econômica, afirmou a secretária. Depois de situar-se no nível histórico mais baixo, de apenas 2% em 2020, o Banco Central vem subindo a taxa de juros sucessivamente e hoje encontra-se em 11,75%. Essa trajetória ascendente é uma tendência para os próximos meses, e a expectativa do Banco Central é que a **Selic encerre o ano em 13% ao ano**. A respeito das **perspectivas municipais**, Paula Fernanda afirmou que as questões vinculadas à administração pública, como educação, saúde, habitação, segurança, saneamento básico, cultura, esportes, lazer, infraestrutura e transporte se refletem no âmbito municipal, onde estão, na verdade, os usuários de todos esses serviços. "Como dizia o ex-governador Franco Montoro, é no município e não no Estado ou na União em que reside o cidadão", destacou. Mais à frente, Paula Fernanda observou que o **orçamento municipal** não é uma peça financeira, e sim orçamentária que contém estimativa de receita a ser realizada no exercício seguinte, a partir de critérios técnicos, visando a sua efetiva arrecadação. Ela lembrou que a arrecadação vai sendo realizada durante a execução orçamentária no dia a dia, com o objetivo de atingir financeiramente, ao final do exercício, o montante previsto orçamentariamente. Para que isso ocorra – ressalta a técnica – , o agente público deve agir com prudência, responsabilidade e planejamento, inclusive em momentos críticos. "É por este motivo que, em Indaiatuba, sempre pagamos nossos compromissos pontualmente, atravessamos crises e frequentes períodos turbulentos no passado e, mesmo neste último período, conseguimos atravessar a crise pandêmica sem afetar as metas fiscais e sem comprometer as metas de resultados", afirmou. Na sequência, a secretária fez a apresentação dos **Anexos de Riscos Fiscais, Metas Fiscais, Estrutura Orçamentária, Descrição dos Programas Governamentais e das Unidades Executoras e Ações para desenvolvimento dos Programas Governamentais**. O anexo de Riscos Fiscais



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

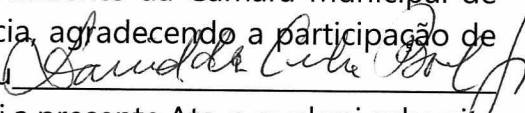
– explica Paula Fernanda -- apresenta questões de difícil previsibilidade que podem comprometer a arrecadação. E para fazer frente a essas situações imprevisíveis, cujo resultado ou é a frustração da arrecadação ou a necessidade de dispêndios inesperados, fixou-se uma dotação denominada **Reserva de Contingência** não inferior a 0,5% da Receita Corrente Líquida, o que equivale a pouco mais de R\$ 7 milhões. O anexo de **Metas Fiscais**, por sua vez, apresenta a estimativa de receitas e despesas da ordem de R\$ 1,702 bilhão para o exercício de 2023. Apresenta também a contratação de financiamento do SAAE junto ao Banco de Desenvolvimento Fonplata, que será paga em suaves parcelas, durante anos. No mesmo anexo, em seu demonstrativo acerca da evolução do **Patrimônio Líquido Municipal**, é apresentado um resultado negativo no patrimônio líquido do **Seprev**, verificado no exercício de 2021, no valor de R\$ 215 milhões, decorrente principalmente do aumento significativo das provisões matemáticas previdenciárias, que passaram de R\$ 1,484 bilhão em 2020 para R\$ 1,900 bilhão em 2021. Do **Anexo da Estrutura Orçamentária** constam todos os órgãos diretos e indiretos da administração, aqui incluídos as autarquias SAAE, Fiec e Seprev e a Câmara Municipal. “Este anexo serve como organograma da estrutura oficial do município”, resumiu a técnica. Já o **Anexo de Metas e Prioridades** apresenta as metas que integram o Plano Plurianual, de modo amplo, deixando para a ocasião da elaboração da proposta da lei orçamentária, diante de uma maior proximidade da execução, a seleção das que terão primazia, considerando prioritariamente o princípio de cumprimento das obrigações naturais da administração pública para sua manutenção e o atendimento das leis que determinam pisos para gastos específicos. Ainda no **Anexo de Metas e Prioridades** consta o demonstrativo do **“Processo de Planejamento Estratégico e Orçamentário”**, no qual é explicado que o levantamento de diagnósticos e informações consiste em verificar a situação atual em que se encontra determinado programa da administração municipal, apontar suas carências e direcioná-las aos programas abrangidos pelo planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento). A secretária deu alguns exemplos de programas, como o de diminuição do tempo de espera para a realização de exames, consultas e cirurgias; que há diversas ruas da cidade que necessitam de tapa buraco ou recapeamento; que há a necessidade de uma nova unidade de saúde em determinada região; e outro programa como o de solucionar a falta de vagas em creches. Por fim, a secretária apresentou os instrumentos de transparência e participação popular por meio dos quais os cidadãos podem fazer perguntas ou apresentar sugestões para a execução orçamentária. Paula Fernanda salientou que as propostas podem ser remetidas à Secretaria da Fazenda até o dia 3 de junho. Com isso, o Executivo terá condições de avaliar sugestões para todas as peças de planejamento. As



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

dúvidas e contribuições, segundo ela, poderão ser encaminhadas para o email [fazenda.audiencia@indaiatuna.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuna.sp.gov.br). Terminada a apresentação técnica, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Luiz Carlos Chiaparine, agradeceu à secretária-adjunta pela explanação e ressaltou a importância da participação dos munícipes na elaboração das peças de planejamento municipal. Na sequência, o presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba, Pepo Lepinsk, encerrou a audiência, agradecendo a participação de todos. Nada mais havendo para tratar, eu  (David da Cunha Boal), jornalista da CM, , lavrei a presente Ata, a qual vai subscrita por quem de direito.



**Jorge Luis Lepinsk**

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba



**Dr. Luiz Carlos Chiaparine**

Presidente da CFO

